

Pagamento parcelado

GIZELLA RODRIGUES E

MARCELA DUARTE

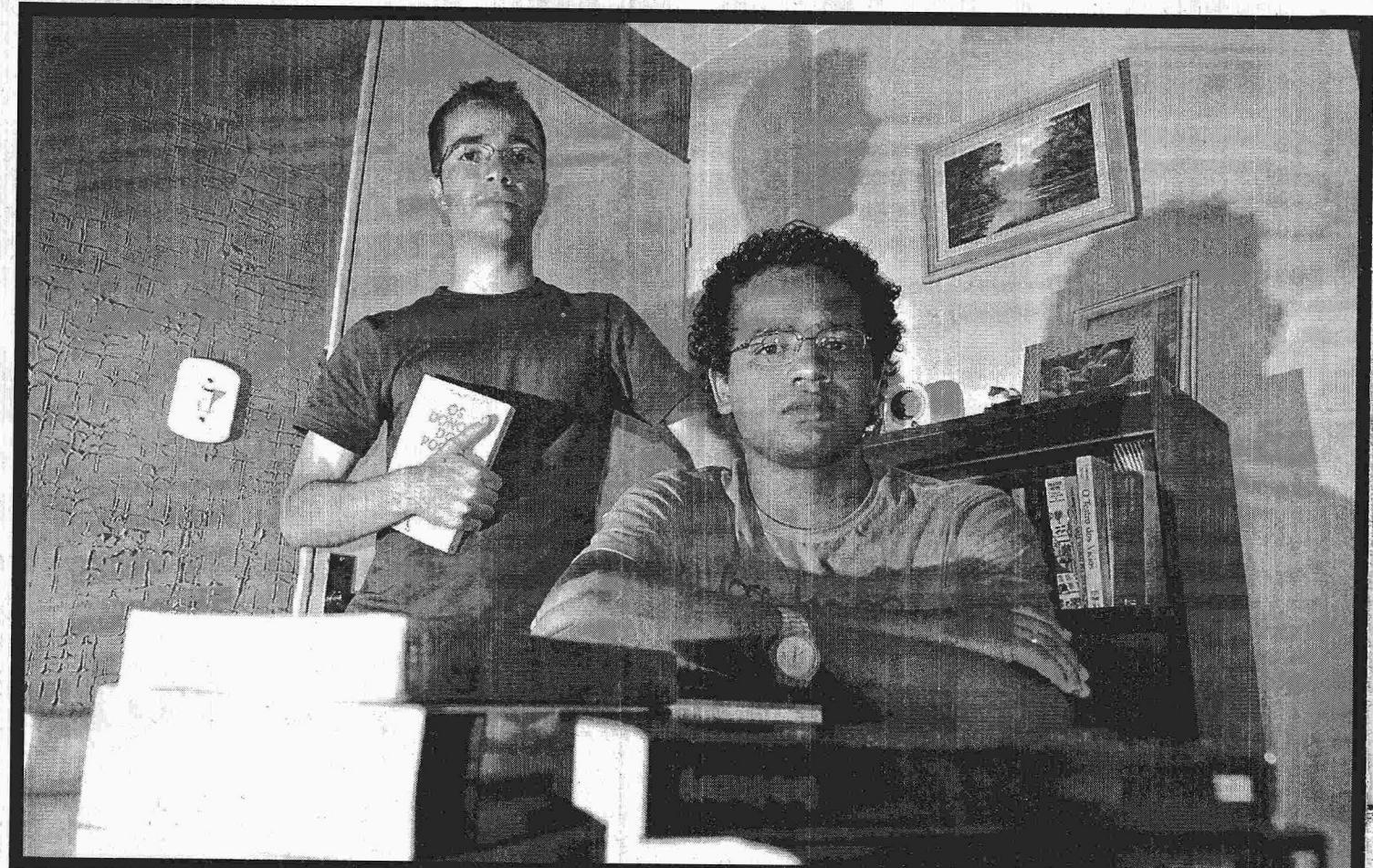
DA EQUIPE DO CORREIO

O governador José Roberto Arruda autorizou ontem a Secretaria de Fazenda a depositar R\$ 11 milhões nas contas bancárias dos 27 mil professores da rede pública do Distrito Federal. O valor corresponde a um terço do total das férias coletivas dos professores. A promessa é que o dinheiro esteja creditado hoje de manhã nas contas. Por determinação judicial, o pagamento integral deveria ser feito até as 11h de ontem. O governador Arruda afirmou que até segunda-feira quita a dívida.

Ontem à tarde, Arruda criticou o valor do salário dos professores, as licenças-prêmio e o número de docentes que entram com pedido de licença médica: cerca de 11 mil professores — mais de 40% do quadro — se ausentaram das salas de aula em 2006, por motivo dessas licenças. "No DF, 88% do dinheiro destinado à educação vão para a folha de pagamento. No restante do Brasil, a média é de 60%. O número de licenças médicas está insuportável", declarou o governador. Pelo menos 1.600 licenças-prêmio previstas para março estão suspensas, por determinação do governador. Ele pediu a abertura de duas auditorias para apurar o número de atestados médicos e outra para analisar a folha de pagamento.

O Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro/DF) reagiu às declarações do governador. "Não vamos aceitar que o governador assuma uma postura autoritária e retire direitos conquistados sem dialogar com a Câmara Legislativa", declarou Washington Dourado, diretor do Sinpro. Para discutir o posicionamento do governo, o Sinpro marcou para amanhã uma manifestação em frente ao Centro Administrativo, em Taguatinga. O sindicato também quer esclarecimentos sobre a convocação de cerca de 6.578 professores apro-

Breno Fortes/CB



POLYELTON (EM PÉ) E LELTON: APROVADOS EM CONCURSO PARA PROFESSOR, ESPERAM A NOMEAÇÃO ATÉ O FIM DO MÊS, QUANDO EXPIRA A VALIDADE DO CERTAME

DEVASSA NA SECRETARIA

Até segunda-feira o GDF paga R\$ 35 milhões referentes às férias coletivas dos professores em dezembro.

Pelo menos 1.600 licenças-prêmio previstas até março estão suspensas para análise pelos técnicos da Secretaria de Educação.

Serão instaladas duas auditorias: uma para avaliar a

folha de pagamento, e a outra para analisar os atestados médicos entregues por professores.

Todas as escolas vão passar por reparos: 20 sofrerão grandes reformas; 30 terão banheiros reformados; e 10 escolas serão praticamente reconstruídas. O GDF vai apurar a responsabilidade dos diretores das escolas nos danos.

vados em concursos em 2003 e 2004. O prazo do concurso expira em 31 de janeiro. "É um fato, se não forem chamados, vão faltar

professores para atuar no início do ano letivo. Se passar do prazo, o concurso não valerá mais", destacou Washington Dourado.

Os professores entraram em férias coletivas no dia 5 de janeiro. Uma lei distrital obriga que o GDF pague as férias com 48 horas de antecedência, ou seja, os R\$ 35 milhões deveriam ter sido pagos em 3 de janeiro. A Secretaria de Educação, Maria Helena Guimaraes, atribuiu o atraso à situação financeira deixada pelo governo anterior. "Herdamos uma situação horrível. Eles (o governo anterior) receberam o recurso do fundo constitucional em dezembro e não usaram para pagar o 13º. Quando o governador Arruda recebeu o fundo constitucional, em 3 de janeiro, foi para pagar a folha de pagamento e o 13º salário, por isso não teve recurso para pagar as férias", explicou.

Com o descumprimento da decisão judicial, o GDF está sujeito a uma multa diária. O valor será estipulado pelo juiz da 6ª Vara

de Fazenda Pública do DF, Esdras Neves Almeida. O advogado do Sinpro, Júlio César Borges de Reisende, vai entrar com uma petição para informar que o pagamento não foi feito a tempo. A desobediência pode acarretar até a responsabilização criminal do governador.

O advogado do Sinpro lembra que não há previsão legal para o pagamento parcelado e que a ordem judicial estabelece o pagamento de todo o valor. "Fica uma situação muito ruim para o professor. As pessoas fazem dívidas, planos para sair de férias", afirma o advogado. O Sinpro também move uma ação na Justiça com um pedido de indenização por danos morais causados pelo atraso. O valor seria de R\$ 150 reais para cada professor.

COLABOROU: HELENA MADER